

Pertencimento religioso: a comunidade religiosa como possível espaço de prevenção e posvenção ao suicídio entre jovens

Religious belonging: the religious community as a possible space for suicide prevention and post-prevention among young people

Valéria Leal¹

Abimar Oliveira de Moraes²

RESUMO

Este artigo analisa a possível contribuição de comunidades religiosas para a prevenção e posvenção do suicídio juvenil, a partir do conceito de pertencimento. Discute-se a fundamental necessidade dos jovens por referenciais no amadurecimento humano e espiritual, e o papel da comunidade religiosa como espaço não apenas de socialização, mas de identificação com valores e crenças, e de construção de projetos de vida. Por meio de análise bibliográfica, o estudo explora a definição de pertencimento religioso, sua relação com o sentido de vida e a superação de transtornos mentais, e a necessidade de pertencer sob óticas da teologia e das ciências da saúde. Conclui-se que a comunidade religiosa atua como apoio social vital, fundamentado em relacionamentos e em uma teologia que enfatiza a dignidade da pessoa humana, oferecendo, assim, um valioso fator protetivo contra o suicídio.

Palavras-chave: Teologia Prática. Religião. Saúde. Espiritualidade. Suicídio. Pertencimento.

ABSTRACT

This article analyzes the contribution of religious communities to the prevention and postvention of youth suicide, based on the concept of belonging. It discusses young people's fundamental need for reference points in their human and spiritual maturation, and the role of the religious community as a space not only for socialization but also for identification with values and beliefs, and for the construction of life projects. Through a bibliographic analysis, the study explores the definition of religious belonging, its relationship with the meaning of life and the overcoming of mental disorders, and the need to belong from the perspectives of theology and health sciences. It is concluded that the religious community acts as a vital social support, founded on relationships and a theology that emphasizes the dignity of the human person, thus offering a valuable protective factor against suicide.

Keywords: Practical Theology. Religion. Health. Spirituality. Suicide. Belonging

¹ Doutora em Teologia pela PUC-Rio.

² Doutorado em Teologia Pastoral e Catequética pela Pontificia Università Salesiana (Roma - 2004), mestrado em Teologia Pastoral e Catequética pela Pontificia Università Salesiana (Roma - 2000), mestrado em Teologia Dogmática pela Pontificia Università Gregoriana (Roma - 2001), graduação em curso livre de Filosofia pela Faculdade Eclesiástica João Paulo II (Rio de Janeiro - 1991), graduação em curso livre de Teologia pelo Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro - 1994) e graduação em Teologia pela PUC-Rio.

Introdução

A intrincada relação entre religião e suicídio tem sido objeto de intenso debate e investigação nas áreas da saúde, ciências humanas e religião. Anualmente muitos indivíduos tiram a própria vida e há um número ainda maior de tentativas de suicídio. Uma das possíveis causas para a ideação e a realização de suicídios se deve a uma profunda falta de sentido à vida. Por outro lado, atualmente há uma gama imensa de formas de espiritualidade disponíveis nas sociedades. O conjunto dessas informações levou pesquisadores e pesquisadoras dos Programas de Ciências da Religião da PUC Goiás e da PUC-Campinas e do Programa de Teologia da PUC-Rio a indagar se: as pessoas que estão com ideação suicida apresentam alguma forma de espiritualidade? A espiritualidade pode influenciar, nos momentos de conflito, a opção pela vida? É possível ativar a espiritualidade em pessoas com ideação suicida? Se sim, a espiritualidade contribui para o enfrentamento do pensamento suicida?

Tal projeto de investigação-ação entre Programas de Pós-graduação da Área Ciências da Religião e Teologia da CAPES vem se propondo buscar respostas a essas questões e contribuir para a redução do número de suicídios. Uma das formas de contribuição é a pesquisa bibliográfica sobre a espiritualidade presente em pessoas com ideação suicida, visando potencializar os recursos terapêuticos fornecidos pela espiritualidade e, assim, reduzir o índice de suicídios no Brasil e em outras partes do mundo. O projeto entende que a espiritualidade pode fortalecer a capacidade do ser humano de se auto transcender, de enfrentar o sofrimento e a dor e encontrar sentidos para continuar viva.

Diante do crescente e alarmante número de casos de suicídio entre jovens no Brasil, torna-se premente a reflexão sobre as contribuições que grupos religiosos, particularmente em sua dimensão comunitária, podem oferecer à prevenção e posvenção deste fenômeno. Gearing e Alonzo (2018), por exemplo, apontam uma associação histórica entre religiosidade e prevenção do suicídio. O projeto de pesquisa no qual estão envolvidos os três Programas de Pós-graduação mencionados parte do pressuposto de que a satisfação das necessidades humanas, dentre elas, o pertencimento, configura-se como um relevante fator de proteção, e, nesse sentido, comunidades religiosas podem ser um ambiente crucial de amparo e suporte, especialmente ao promover e prover a necessidade de pertencimento.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a possível contribuição de comunidades religiosas na prevenção e posvenção do suicídio entre jovens, a partir da promoção do pertencimento, com particular ênfase na perspectiva da teologia prática. Para tanto, o texto está estruturado em três seções principais: primeiramente, explora o conceito de pertencimento, com base em estudos da Psicologia (especialmente Baumeister e Leary, 1995) e da Teologia Pastoral, evidenciando sua natureza como necessidade humana fundamental e as consequências de sua carência; em seguida, aborda a complexa relação entre suicídio e religião, discutindo os fatores protetivos e os desafios envolvidos; e, por fim, propõe uma conexão intrínseca entre comunidade religiosa, pertencimento e a prevenção e posvenção ao suicídio entre jovens, ressaltando o papel da vivência comunitária como um espaço de acolhimento e desenvolvimento da identidade.

Reconhecendo a complexidade inerente às diversas estruturas e compreensões das comunidades religiosas sobre o suicídio, este trabalho busca oferecer uma contribuição à reflexão sobre a possibilidade e a responsabilidade das comunidades religiosas na prevenção e posvenção ao suicídio. Ao se configurarem como redes de apoio e, mais profundamente, como geradoras de senso de pertencimento, essas comunidades exercem um papel

significativo. O presente estudo visa abrir perspectivas de análise, consolidando a compreensão do pertencimento e da comunidade religiosa como pilares fundamentais no cuidado com a vida dos jovens.

1. Pertencimento segundo Roy Baumeister e Mark Leary

Publicado em 1995 no *Psychological Bulletin*, o artigo de Roy F. Baumeister e Mark R. Leary, intitulado *The Need to Belong: Desire for Interpersonal Attachments as a Fundamental Human Motivation*, representou um marco conceitual na psicologia social. Este trabalho seminal consolidou a compreensão do pertencimento como uma necessidade humana intrínseca e fundamental, definindo-o como a busca inata por relacionamentos interpessoais duradouros, positivos e significativos (Baumeister; Leary, 1995, p. 497). A natureza desses relacionamentos não se restringe à mera interação superficial; eles são caracterizados pela frequência consistente de contatos, por uma afeição positiva mútua e pela inserção em um ambiente estável no qual prevalece a preocupação genuína com o bem-estar do outro. Segundo os autores, a própria “cultura humana é significativamente condicionada pela pressão por fornecer pertencimento” (Baumeister; Leary, 1995, p. 498), demonstrando o caráter universal e pervasivo dessa busca, que se manifesta tanto no impulso para dar quanto para receber afeto e aceitação. A tese é corroborada pela observação de que até mesmo as conquistas pessoais mais notáveis adquirem maior significado e ressonância quando validadas e compartilhadas dentro de um contexto social. Embora a expressão e a intensidade dessa necessidade possam apresentar variações culturais e individuais, refletindo as idiossincrasias de identidades e contextos sociais, a pesquisa de Baumeister e Leary aponta que seria “difícil ou impossível para a cultura erradicar a necessidade de pertencer” (Baumeister; Leary, 1995, p. 499).

Para que uma relação interpessoal de fato satisfaça a necessidade de pertencimento, Baumeister e Leary (1995, p. 500) enfatizam a primazia da frequência e da mutualidade no cuidado positivo. A mera proximidade física ou interações esporádicas, desprovidas de afeição ou reciprocidade, são insuficientes para suprir essa necessidade intrínseca. A mutualidade implica uma troca genuína de apoio, compreensão e afeto, em que cada parte se sente responsável pelo bem-estar da outra. Os autores postulam que a necessidade de pertencimento pode ser satisfeita com um número relativamente pequeno de relacionamentos significativos, não sendo necessária uma vasta rede social. Além disso, a satisfação dessa necessidade pode ser intercalada ou compensada: a carência ou frieza de laços em um determinado ambiente (como o profissional, por exemplo) pode ser atenuada ou mesmo suprida pela presença de fortes vínculos em outros contextos (como a família, amizades íntimas ou grupos de interesse). O critério essencial, contudo, transcende a mera presença física do outro; a pessoa deve fundamentalmente acreditar que o outro se importa genuinamente com seu bem-estar e nutre por ela sentimentos de estima (Baumeister; Leary, 1995, p. 501). Isso sublinha a dimensão subjetiva e emocional do pertencimento. Embora os relacionamentos possam surgir de forma aparentemente natural, a pesquisa demonstra que os indivíduos investem considerável tempo, energia e recursos para cultivar e manter vínculos de apoio (Baumeister; Leary, 1995, p. 502) e demonstram uma notável dificuldade em desfazer relacionamentos em que o senso de pertencimento foi estabelecido (Baumeister; Leary, 1995, p. 503). Essa relutância em romper laços, mesmo em face de dificuldades, evidencia a profunda dor e o sofrimento associados à potencial perda do pertencimento, reforçando a natureza primordial dessa necessidade.

A necessidade de pertencimento, exerce uma profunda interferência na forma de pensar e sentir dos indivíduos. Baumeister e Leary (1995, p. 505) observam que as pessoas tendem a interpretar situações e eventos cotidianos primariamente por suas implicações para os relacionamentos, buscando a todo momento sinais de aceitação ou rejeição. Da mesma forma, o estado emocional é diretamente modulado pelo senso de pertencimento: o aumento de laços afetivos e de aceitação tende a gerar emoções positivas como alegria, contentamento e segurança, enquanto a diminuição ou privação de pertencimento culmina em estados afetivos negativos como tristeza, ansiedade, inveja e solidão (Baumeister; Leary, 1995, p. 505). A privação de pertencimento, portanto, acarreta uma série de consequências deletérias para a saúde e o bem-estar global do indivíduo. A simples existência de uma rede de apoio social, mesmo que não seja explícita, já demonstrou capacidade de reduzir os níveis de estresse (Cohen & Wills, *apud* Baumeister; Leary, 1995, p. 508). Por outro lado, a ausência de laços significativos afeta a pessoa em sua totalidade. Estudos na área da psicossomatologia, por exemplo, apontam para mudanças no sistema imunológico de indivíduos com privação crônica de pertencimento (Kiecolt-Glaser, Garner, *et al.*, 1984, *apud* Baumeister; Leary, 1995, p. 508), sugerindo uma conexão direta entre o bem-estar relacional e a saúde física.

No campo da saúde mental, a carência de pertencimento está associada a uma vasta gama de patologias e distúrbios. Ansiedade, depressão, tristeza profunda, solidão crônica, bem como comportamentos neuróticos, mal adaptados e destrutivos, frequentemente “refletem tentativas desesperadas de estabelecer ou manter relacionamentos com outras pessoas e/ou pura frustração e falta de propósito quando a necessidade de pertencer não é atendida” (Baumeister; Leary, 1995, p. 521). A sensação de não ser visto, valorizado ou conectado gera um profundo vazio existencial que pode levar à desesperança. Adicionalmente, a influência do pertencimento se estende ao comportamento social e aos índices de criminalidade. A busca intrínseca por um grupo de referência pode, em alguns casos, levar à adesão a grupos disfuncionais ou violentos, como gangues, em que a necessidade de pertencimento é suprida, ainda que de forma desviante. Inversamente, a presença de relacionamentos estáveis e saudáveis atua como um poderoso fator protetivo, desencorajando a participação em atividades ilícitas ou autodestrutivas (Baumeister; Leary, 1995, p. 509).

A relevância da falha no pertencimento como fator de risco para a vida já havia sido indicada por Émile Durkheim em sua clássica obra *O suicídio. Estudo de Sociologia*. Em sua tipologia, Durkheim introduziu o conceito de “suicídio egoísta”, caracterizado pela ausência de integração do indivíduo na sociedade e em seus grupos sociais, resultando em um isolamento excessivo e a percepção de falta de sentido na vida coletiva (Durkheim, 2016, p. 181-204). Similarmente, para Durkheim, o “suicídio anômico” decorre da ausência de regulação social clara, levando o indivíduo a perder referenciais e sentir-se desvinculado das normas e valores sociais, novamente um reflexo da falência dos laços de pertencimento (Durkheim, 2016, p. 293-340). A retomada dos estudos de Durkheim por Baumeister e Leary (1995, p. 509) sublinha a perenidade e a gravidade das consequências do não pertencimento, que podem, em seu extremo, culminar na autodestruição.

Em síntese, Baumeister e Leary (1995, p. 498) delinearam a compreensão do pertencimento como uma necessidade humana fundamental, evidenciada por múltiplas características interligadas. Essa necessidade produz efeitos em toda e qualquer circunstância, permeando todas as interações sociais, desde a família a comunidades virtuais. Possui consequências afetivas diretas, gerando emoções positivas quando satisfeita e levando a tristeza, ansiedade e solidão em sua frustração. Além disso, direciona o processamento

cognitivo, moldando como o mundo, o eu e os eventos são interpretados em relação aos relacionamentos e ao senso de pertencimento. Sua privação leva a efeitos nocivos comprovados, correlacionados a uma gama de problemas de saúde física e mental, como depressão, ansiedade e baixa autoestima. Em resposta a essa motivação, os indivíduos provocam comportamentos em função do objetivo, buscando e mantendo ativamente relacionamentos, investindo tempo e energia para garantir inclusão. Caracterizada como uma necessidade universal que se aplica a todas as pessoas, suas manifestações podem variar, mas sua presença é constante em todas as culturas e idades. O pertencimento não deriva de outros motivos, sendo uma necessidade primária e irreduzível. Ademais, afeta amplamente os comportamentos, moldando decisões e interações sociais em larga escala, e ultrapassa o funcionamento puramente psicológico, com implicações para o bem-estar físico e a própria organização social. Assim, a compreensão do pertencimento como uma necessidade fundamental é crucial para desvendar vasta gama de comportamentos, escolhas de vida e as graves consequências de sua não satisfação, que podem incluir o desenvolvimento de diversas patologias e distúrbios psicossociais.

É fundamental ressaltar que a necessidade de pertencimento assume uma relevância particular e intensificada nas fases cruciais de desenvolvimento, como a adolescência e a juventude. Esses períodos são marcados por profundas transformações biopsicossociais, em que a busca pela formação da identidade, a consolidação da autonomia e a construção de um sentido para a vida se intensificam dramaticamente. Elas são fases centrais para a superação da crise de “identidade vs. confusão de papéis”, na qual o indivíduo busca integrar diferentes aspectos de sua personalidade em um “self” coeso. Nesse processo, os grupos de pares e as comunidades emergem como ambientes de crucial importância. Eles oferecem o palco para a experimentação social segura, a validação pessoal através do *feedback* dos semelhantes e o suporte emocional para a formação de projetos de vida significativos.

A dinâmica desses grupos permite que o jovem explore diferentes facetas de sua personalidade, teste limites, desenvolva habilidades sociais e encontre eco para suas aspirações. A aceitação e o reconhecimento dentro de um grupo são fatores potentes que contribuem para a construção da autoestima e da autoeficácia. Por outro lado, a ausência ou a fragilidade de laços de pertencimento nessa etapa vital pode ter impactos ainda mais acentuados e devastadores na saúde mental e no bem-estar dos jovens. A sensação de isolamento, de não ser compreendido ou de não encontrar um lugar onde se encaixe pode levar a sentimentos de solidão profunda, ansiedade, depressão e, em casos extremos, aumentar a vulnerabilidade a comportamentos de risco, como o abuso de substâncias, a automutilação e a ideação suicida. Assim, a satisfação da necessidade de pertencimento na juventude constitui um fator protetivo de valor inestimável, atuando como um baluarte contra o desamparo e a desesperança.

Dada a compreensão da necessidade de pertencimento, com seus múltiplos e inegáveis efeitos no bem-estar integral do ser humano, estabelece-se um alicerce teórico crucial. Esse arcabouço permite investigar com maior profundidade e clareza como diferentes contextos sociais e, de forma particular, as comunidades religiosas, podem se estruturar e operar para responder a essa demanda fundamental da condição humana, oferecendo potenciais caminhos para a sua satisfação e, conseqüentemente, para a promoção da saúde e da resiliência.

2. Pertencimento religioso

A partir da abordagem de Baumeister e Leary (1995), que concebe o pertencimento como uma necessidade universal expressa em relacionamentos humanos genéricos, sejam eles vínculos familiares, de amizade ou afetivos, o presente artigo quer oferecer uma compreensão mais específica e profundamente enraizada na experiência religiosa. Neste campo, o pertencimento transcende a conexão interpessoal, implicando a inserção ativa e consciente em um grupo ou comunidade religiosa, na qual a dimensão coletiva e o horizonte transcendente se entrelaçam. Garelli (1980, p. 73) elucida que, nesse contexto, o pertencimento se manifesta pela partilha ativa e deliberada de valores, crenças, usos e costumes que são próprios daquela comunidade religiosa. Não se trata apenas de uma socialização passiva, mas de um engajamento que estabelece uma interdependência mútua entre os membros, gerando um senso de corresponsabilidade e interligação que vai além dos laços sociais cotidianos. É nesse ambiente que os indivíduos compartilham modos específicos de ser, pensar e agir, e utilizam sinais distintivos como ritos, símbolos, linguajar próprio e práticas religiosas, por meio dos quais se reconhecem como “parte” integrante de um todo maior, e são, por sua vez, reconhecidos por outros membros como pertencentes.

Para Cavagnari (2021, p. 76) trata-se de identificação. Esse processo pressupõe que o indivíduo “averigue” e avalie a proposta da comunidade religiosa como singular e distintiva em relação a outras opções de vida. Uma vez reconhecida essa singularidade, ocorre uma “partilha interna”, em que os valores e crenças do grupo são assimilados e ressoam com a própria experiência pessoal. A “adesão” subsequente reflete o compromisso com essa proposta, culminando na “admissão” formal ou informal ao grupo ou comunidade. Essa jornada de discernimento, assimilação, compromisso e aceitação mútua é o que fundamenta a experiência do pertencimento religioso. Trata-se de um processo dinâmico que se manifesta no compartilhamento ativo de modos de ser, pensar e fazer peculiares ao grupo de fé. Essa comunhão é cimentada pela adoção de sinais distintivos que marcam a identidade e permitem o reconhecimento mútuo como parte integrante de um corpo coletivo. A identificação, cerne desse aprofundamento, ocorre gradualmente através da interação constante com os membros e do conhecimento e aceitação consciente do sistema de valores e crenças do grupo. Crucialmente, o processo é nutrido pela percepção de ser acolhido e valorizado, fundamental para a autoestima. Com o tempo de convívio, a intensidade das interações e a consolidação das convicções, o pertencimento aprofunda-se, moldando intrinsecamente a identidade e o modo de vida da pessoa.

Para jovens em particular, que se encontram em um período de intensa busca por referenciais e por uma definição de si, a comunidade religiosa oferece um arcabouço sólido de valores, crenças e narrativas que auxiliam na construção de um “eu” coerente e com propósito. Esse enraizamento em uma proposta de vida compartilhada fornece um guia para o discernimento de decisões e ações em todos os âmbitos da existência, desde escolhas acadêmicas e profissionais até relacionamentos interpessoais e engajamento social. A teologia católica, por sua vez, oferece um vasto corpo doutrinal e uma rica tradição que servem como bússola para a vida moral e espiritual, e a vivência em comunidade facilita a internalização e a aplicação desses princípios. Essa identificação se dá ao longo de um processo, que compreende a interação do indivíduo com os outros membros do grupo, o conhecimento e aceitação do sistema de valores e crenças desse grupo, bem como o sentir-se aceito por seus membros. Havendo a identificação e a acolhida no grupo, o pertencimento aprofunda-se na medida em que o tempo de convívio aumenta e as convicções são aprofundadas passando a moldar o jeito de ser e pensar da pessoa.

Para aprofundar a compreensão da dinâmica do pertencimento em comunidades, Garelli (1980, p. 74) resgata importantes conceituações da sociologia clássica. Ele se apoia nos estudos de Charles Horton Cooley (1909)³, que distinguiu entre grupos primários e grupos secundários. Os grupos primários são caracterizados por interações face a face, laços emocionais intensos, cooperação e uma identificação profunda com os objetivos do grupo como a família e círculos de amizade íntima. Já os grupos secundários são associações mais formais e impessoais, formadas por interesses específicos ou necessidades instrumentais, como o ambiente de trabalho ou organizações políticas. No que interessa ao nosso estudo, uma comunidade religiosa pode manifestar ambas as características, com pequenos grupos operando como grupos primários de apoio, inseridos na estrutura maior de um grupo secundário que é a própria instituição religiosa.

Garelli (1980) também faz referência aos conceitos de grupos de referência e grupos de pertencimento, formulados por Robert K. Merton (1957)⁴. Um grupo de pertencimento é aquele ao qual o indivíduo efetivamente integra-se, compartilhando normas e valores. Um grupo de referência, por sua vez, é aquele cujas normas e valores o indivíduo adota como padrão para si, mesmo que não faça parte dele, aspirando à sua adesão ou usando-o como modelo para a autoavaliação. Essa distinção é vital para entender a complexidade da influência do grupo: o pertencimento efetivo a uma comunidade religiosa molda diretamente comportamentos e decisões, mas mesmo um grupo de referência distante pode exercer uma poderosa influência na vida e nas escolhas de um indivíduo, inspirando ideais e condutas. Ambos os sociólogos, Cooley e Merton, concordam na importância irrefutável do grupo para a pessoa humana e na centralidade da identificação com esse grupo como um fator crucial na construção da própria identidade e na facilitação da interação social saudável.

Em perspectiva teológica cristã, é possível ver o pertencimento como essencial à experiência de fé. Ele encontra seu fundamento mais profundo na compreensão de que o ser humano não deve ser entendido como um indivíduo isolado, mas como uma criatura relacional, concebida “à imagem e semelhança de Deus” (Gn 1,27). A teologia cristã postula também que Deus, em sua essência, não é uma unidade solitária, mas uma comunhão perfeita de pessoas. Ao ser criado à imagem de Deus, o ser humano carrega em sua constituição mais íntima a vocação intrínseca à comunhão e ao relacionamento. Não se trata de uma simples preferência social, mas de uma dimensão constitutiva de sua natureza, que anseia por laços profundos e significativos. Nesse contexto, a comunidade é entendida não como uma mera agregação de indivíduos com crenças em comum, mas como o próprio “povo de Deus”, uma comunidade orgânica e viva onde essa vocação fundamental à comunhão é chamada a ser plenamente realizada. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II, em sua Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sublinha que “aprouve a Deus salvar e santificar os homens [sic] não individualmente, excluía qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O conhecesse na verdade e O servisse santamente” (LG 9). Isso demonstra como para a teologia cristã o caráter comunitário é parte do desígnio divino para a salvação e santificação da humanidade. O pertencimento, sob esta luz teológica cristã, não é apenas uma necessidade

³ Charles Horton Cooley, sociólogo estadunidense apresenta o tema dos grupos primário e secundário para a compreensão da socialização e da formação da identidade individual (COOLEY, Charles Horton. *Social organization: a study of the larger mind*. New York: Charles Scribner's Sons, 1909).

⁴ A obra mencionada por Garelli é a edição revisada pelo próprio Robert K. Merton e publicada em 1957. No texto o sociólogo busca explicar como o comportamento e a atitude das pessoas são influenciados por aqueles grupos com os quais elas se identificam ou com os quais se comparam (MERTON, Robert K. *Social theory and social structure*. Revised edition. New York: Free Press, 1957).

psicológica a ser satisfeita, mas uma resposta à própria essência do ser humano, uma dimensão da existência que é revelada e potencializada pela fé.

A comunidades religiosa deve estar marcada pela partilha dos bens, pela adesão comum às crenças, pelos ideais de vida, e, crucialmente, pelo cuidado mútuo e pela solidariedade fraterna/sororal. Esse ideal de comunhão e partilha é a base para o desenvolvimento de um senso de pertencimento profundo, em que cada membro se sente parte vital de um corpo e encontra apoio nas alegrias e desafios da vida.

Na prática, a profunda influência do grupo de pertencimento na tomada de decisão e na construção do projeto de vida, ponto de convergência entre Cavagnari (2021) e Garelli (1980), é crucial para a juventude. Nesse período de intensa formação e busca por significado, a comunidade religiosa pode emergir como um farol, oferecendo um sólido arcabouço de valores e um ambiente de apoio essencial. O pertencimento, nesse sentido, vai além da mera adesão doutrinal; ele se desenvolve pela internalização de um sistema de valores transmitidos/compartilhados e pelo estabelecimento de relacionamentos significativos, especialmente entre os pares. Grupos de jovens, em comunidades religiosas, podem tornar-se, assim, espaços privilegiados para essa vivência autêntica, em que a interação facilita a construção de amizades, a troca de experiências e a validação mútua, fundamentais para a autoafirmação. Assim, a capacidade relacional da comunidade religiosa ganha centralidade uma vez que se trata de sua disposição para acolher incondicionalmente, ouvir com empatia as alegrias e dores dos jovens e gerar proximidade por meio de uma convivência autêntica e solidária. Por esses laços é que o jovem pode encontrar um lugar seguro para expressar angústias, celebrar vitórias e descobrir um propósito maior para sua existência, elementos vitais para a saúde mental e a prevenção de comportamentos de risco como o suicídio.

3. Suicídio e religião

Os estudos que investigam a intrincada relação entre suicídio e religião revelam um espectro complexo e multifacetado de experiências e conclusões. De um lado, há uma literatura que aponta para a atuação da religiosidade e da espiritualidade como fatores protetivos significativos contra o suicídio, um efeito particularmente notório em populações como a universitária (Da Silva *et al.*, 2023). Essa proteção não se manifesta de maneira unidimensional, mas através de múltiplos mecanismos. A adesão a preceitos religiosos e a participação em comunidades religiosas frequentemente colaboram na prevenção ou redução do uso de álcool e outras drogas, reconhecidos fatores de risco para o comportamento suicida, ao promoverem normas de vida mais saudáveis e oferecerem ambientes sociais alternativos. Além disso, a religião e a espiritualidade atuam como potentes catalisadores do autoconhecimento, do autocuidado e da construção de um sentido para a vida, elementos vitais na formação de uma autoimagem positiva e na percepção de propósito existencial. A comunidade religiosa, ao oferecer um arcabouço de significado e valores que transcende as vicissitudes cotidianas, fortalece a resiliência, capacitando os indivíduos a enfrentarem adversidades com maior capacidade de recuperação. O relacionamento com o divino, por sua vez, emerge como uma fonte de consolo, esperança e força interior, favorecendo a superação de pensamentos negativos e a construção de uma perspectiva de vida mais otimista e orientada para o futuro.

Contudo, a relação entre religião e suicídio está longe de ser linear ou isenta de nuances. Em certas circunstâncias, uma “falta de fé” percebida pelo indivíduo pode gerar

sentimentos profundos de culpa e inadequação, paradoxalmente impulsionando ações extremas e autodestrutivas (Da Silva *et al.*, 2023, p. 12249). Da mesma forma, a interpretação do próprio comportamento suicida por parte do indivíduo ou de sua comunidade como “algo que não agrada a Deus” (Da Silva *et al.*, 2023, p. 12250) pode intensificar o sofrimento, o estigma e a dificuldade em buscar ajuda, influenciando diretamente a tomada de decisão frente à ideia suicida. Essa complexidade exige uma análise cuidadosa das interações entre crenças, práticas e o contexto psicossocial do indivíduo.

A complexidade da relação entre religião e suicídio é ainda mais evidenciada por estudos comparativos internacionais, como o de Gearing e Alonzo (2018)⁵. Os pesquisadores comparam dados internacionais e observam diferentes comportamentos em relação ao suicídio em diferentes tradições religiosas, a saber: cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo. De forma geral, observa-se que “níveis mais altos de religiosidade nessas principais denominações têm sido historicamente associados à diminuição do risco de suicídio” (Gearing; Alonzo, 2018), com variantes no que se refere ao grupo religioso, cultura, etnia e ao gênero, sendo as mulheres, de forma geral, melhor protegidas pela religiosidade do que os homens.

No cristianismo, por exemplo, Gearing e Alonzo (2018) aprofundam a análise, apontando uma menor taxa de suicídio entre cristãos católicos, juntamente com os cristãos batistas, em comparação com outras tradições cristãs. Essa distinção é parcialmente atribuída ao maior nível de participação dos católicos em serviços religiosos, o que, por sua vez, potencializa o benefício da rede de apoio comunitária. Tal engajamento frequente fortalece o senso de pertencimento e oferece um ambiente de suporte mais robusto. Contudo, essa relação não é universalmente linear em todos os contextos geográficos e culturais; no Reino Unido, por exemplo, Gearing e Alonzo (2018) constataram que católicos, protestantes e indivíduos não crentes apresentavam riscos semelhantes de suicídio, sugerindo que outros fatores contextuais e socioculturais podem mitigar ou amplificar o efeito protetivo da religiosidade.

As variações também são notáveis com relação à faixa etária, especialmente no que tange à juventude. Bullock *et al.* (2012) realizaram pesquisas focadas em jovens com histórico de suicídio, revelando que a participação religiosa se correlaciona à tendência suicida de várias maneiras. Primeiramente, membros da comunidade religiosa frequentemente atuam como uma ponte crucial para os serviços de saúde mental, identificando sinais de sofrimento e auxiliando no encaminhamento profissional. Em segundo lugar, os discursos religiosos proferidos durante os cultos e encontros oferecem mensagens de esperança, valorização da vida e resiliência, que podem ser um contraponto à desesperança. E, em terceiro lugar, muitos jovens relatam mudanças significativas no grau de suas crenças religiosas no ano anterior à tentativa de suicídio, indicando uma potencial crise espiritual ou afastamento que os fragiliza. Além disso, em adolescentes, tanto as práticas religiosas privadas (como oração e meditação pessoal) quanto a prática organizada (participação em cultos e grupos) foram consistentemente associadas a taxas mais baixas de ideia suicida (Cole-Lewis *et al.*, 2016). No entanto, Nkansah-Amankra *et al.* (2012) observaram que, embora a participação em atividades religiosas reduza comportamentos suicidas entre adolescentes, esse efeito tende a diminuir durante a idade adulta emergente, um período de novas transições e desafios identitários.

⁵ O artigo mencionado, publicado no *Journal of Religion and Health*, não apresenta paginação. A citação segue o sistema autor-data, com indicação do ano de publicação conforme a referência bibliográfica.

Analisando pesquisas em universitários de vários países acerca da relação entre a espiritualidade/religiosidade e o suicídio, Andrade *et al.*, (2020, p. 8), constata que no Brasil já há literatura acerca do tema, mas que este precisa ser mais bem explorado, visto que o país é eminentemente religioso. Por sua vez, na análise de quatro trabalhos, os pesquisadores identificaram dois estudos que mostram que “o compromisso religioso contribuiu indiretamente para que os jovens fossem mais compreensivos em relação ao comportamento suicida de outras pessoas e considerassem que o mesmo pode ser prevenido” e, embora não suficiente, “a fé também pode contribuir para os jovens atravessarem o período de situações difíceis” (Andrade, 2020, p. 7). Um terceiro artigo analisado pelos mesmos pesquisadores atesta que a religião “pode não ser um fator universal contra a ideação suicida em diferentes religiões”. Por fim, um quarto texto, também revisado por Andrade *et al.*, sugeriu que “ser religioso aumentou o risco do suicídio”, com os autores explicando a hipótese de que, ao acreditarem em uma vida após a morte, alguns jovens poderiam perceber o suicídio como uma forma de acelerar essa transição (Andrade, 2020, p. 7).

O grau das objeções morais e doutrinárias acerca do suicídio, estabelecido por cada comunidade religiosa, exerce uma influência significativa no comportamento dos seus fiéis, tanto na prevenção quanto no suporte pós-evento. No contexto do cristianismo em geral, diversas tradições consideram o suicídio como um pecado grave, uma afronta à vida que é dom divino. Contudo, algumas dessas tradições cristãs, como por exemplo, a católica romana, têm buscado desenvolver uma compreensão matizada e profundamente pastoral sobre o tema.

Historicamente, a visão sobre o suicídio na tradição cristã católica romana passou de uma condenação mais estrita, que, por vezes, negava até mesmo ritos funerários, para uma abordagem mais compassiva e teologicamente refinada. Em seu atual *Catecismo da Igreja Católica*, a tradição católica romana afirma claramente que o suicídio “é gravemente contrário à justiça, à esperança e à caridade” (n. 2281). Ele é compreendido como um “mal contra si mesmo”, que “quebra os laços de solidariedade com a sociedade e com a comunidade religiosa, e ofende ao Criador da vida” (n. 2281). Esta condenação moral deriva de uma profunda veneração pela vida humana como sacra e um dom de Deus, bem como da compreensão da pessoa como ser social, cujas ações repercutem na comunidade. A vida é vista como um bem inalienável que não pertence totalmente ao indivíduo. No entanto, o mesmo *Catecismo* introduz uma distinção vital que modera a imputabilidade moral ao especificar que “perturbações psíquicas graves, a angústia ou o temor grave duma provação, dum sofrimento, da tortura, são circunstâncias que podem diminuir a responsabilidade do suicida” (n. 2282). Esta nuance é de suma importância para a prática pastoral contemporânea, pois a tradição católica romana reconhece que a responsabilidade moral plena por um ato grave pressupõe a plena advertência da mente e o pleno consentimento da vontade. A presença de um sofrimento psíquico intenso, como a depressão severa, transtornos de ansiedade generalizada, psicoses ou outras condições que afetam profundamente o discernimento e a liberdade interior, ou uma coação interna incontrolável podem mitigar, ou até anular, a culpa moral do ato suicida.

Nesse sentido, seria importante que as comunidades religiosas abordassem o suicídio não mais sob uma ótica condenatória e pecaminosa, mas com um olhar profundamente misericordioso, compassivo e sensível, priorizando o acolhimento incondicional, compreendendo a dor humana subjacente, oferecendo consolo, desconstruindo julgamentos precipitados, oferecendo esperança, bem como, apontando para o necessário acompanhamento terapêutico especializado. A comunidade religiosa, assim, se posiciona

como um porto seguro de compreensão e apoio diante da ideação suicida, reforçando seu papel de grupo terapêutico e de esperança.

A relevância da comunidade religiosa estende-se também ao domínio da posvenção do suicídio, compreendida como as intervenções realizadas após uma tentativa de suicídio ou após um óbito por suicídio, visando mitigar o sofrimento de sobreviventes e familiares. Pesquisas, como as citadas por Gearing e Alonzo (2018), indicam que as crenças religiosas, o apoio da comunidade e dos agentes comunitários religiosos desempenham um papel fundamental no complexo processo após uma tentativa de suicídio ou de luto dos que foram afetados pela perda de um ente querido por suicídio. A comunidade religiosa pode oferecer um arcabouço para processar a dor, a culpa e a incompreensão, fornecendo narrativas de esperança e significado que podem ser terapêuticas. A comunidade religiosa, neste contexto, cria uma rede de apoio inestimável, “dando propósito à vida, autoestima e estratégias de enfrentamento durante uma crise” (Benute *et al.* 2011, *apud* Gearing; Alonzo, 2018). Essa rede pode promover momentos de acolhimento, visitas, orações específicas, bem como, a facilitação de acesso grupos de apoio especializados, onde a partilha da dor e a busca por sentido são encorajadas.

Em suma, a análise da relação entre suicídio e religião revela uma complexa teia de fatores protetivos e de risco, influenciada por aspectos doutrinários, culturais e pelas experiências individuais. Embora a espiritualidade demonstre um potencial significativo para mitigar o risco de suicídio e oferecer suporte na posvenção, as nuances de sua interpretação e aplicação são cruciais para que esse potencial seja plenamente realizado por uma determinada comunidade religiosa. Diante desse panorama, a questão se volta para a maneira pela qual a comunidade religiosa, como um espaço de construção de pertencimento, se configura como um ambiente estratégico para a prevenção e posvenção do suicídio de jovens, consolidando as discussões sobre a necessidade humana de pertencimento e a compreensão teológica da comunhão.

4. Pertencimento religioso e suicídio

Embora a análise da relação direta entre suicídio e espiritualidade revele uma complexidade e, por vezes, uma ambiguidade de resultados, a conexão com a religião institucionalizada emerge como um ponto nodal para a prevenção e posvenção do suicídio, especialmente no que tange ao papel do pertencimento. Religiões institucionalizadas pressupõem uma vivência comunitária, caracterizada pela reunião de indivíduos que compartilham crenças, valores, ritos e práticas devocionais comuns. É nesse contexto que tais comunidades religiosas se estabelecem como uma rede de apoio essencial e, simultaneamente, um ambiente singularmente propício para que a fundamental necessidade humana de pertencimento seja suprida. Essa dimensão coletiva e estruturada oferece um contraponto ao isolamento, um dos fatores de risco mais alarmantes para o comportamento suicida.

Nesse sentido, o presente estudo reconhece que o pertencimento a uma comunidade religiosa pode contribuir para o desenvolvimento humano integral, sobretudo na adolescência e juventude. Em uma perspectiva convergente, as Ciências da Saúde e Psicologia corroboram essa visão, destacando a relevância do vínculo coletivo para a formação da identidade, o estabelecimento de valores e o direcionamento das escolhas de vida. Estudos indicam que a religiosidade e espiritualidade “aumentam as emoções positivas e reduzem o

estresse que poderia gerar sentimentos negativos como, por exemplo, a ideação suicida” (Andrade *et al.*, 2020, p. 9). Complementarmente, Baltazar e Silva (2014, p. 78) sublinham que as crenças religiosas viabilizam a organização coletiva por meio de modos de agir e viver comuns, baseados no pensamento simbólico, e ativamente promovem a saúde mental. Eles ressaltam que “a vinculação às instituições religiosas pode promover interações sociais, formação de grupos e redes sociais, solidariedade e estímulo a atitudes cooperativas” (Baltazar; Silva, 2014, p. 78), benefícios particularmente relevantes para trajetórias terapêuticas, incluindo o apoio a pacientes psiquiátricos, ao fornecer um ambiente de suporte estruturado e compreensivo.

Embora aspectos culturais, sociais e geográficos necessitem ser devidamente considerados, a dimensão religiosa e sua influência são inegáveis ao analisar a intrínseca relação entre juventude e suicídio, especialmente em um contexto marcadamente religioso como o brasileiro. Apesar dos diversos e reconhecidos impactos positivos da experiência religiosa na vida das pessoas, a hipótese central deste trabalho é que a contribuição mais significativa das comunidades religiosas para a prevenção e posvenção do suicídio juvenil reside, particularmente, em favorecer o sentimento de pertencimento. Isso se concretiza ao oferecerem inúmeras possibilidades de agremiação e identificação com grupos estruturados (de oração, estudo de textos sagrados, ação voluntária, meditação, apoio mútuo, entre outros). Esses grupos, em sua essência teológica e doutrinal, promovem ativamente a sacralidade da vida humana e o cuidado mútuo entre seus membros. Cabe recordar que é fundamental, nesse contexto, que a comunidade religiosa se mova a partir de um entendimento comum da vida como uma proposta de vivência em congregação, onde a participação em momentos comunitários, portanto, seja incentivada e valorizada. Nesses encontros, ocorrem intensas trocas de experiências de vida, a partilha de desafios e conquistas, e um apoio recíproco que fortalece os laços interpessoais. Essa dinâmica contribui para a formação de uma rede de apoio robusta, essencial tanto para a prevenção do suicídio quanto para a sua posvenção, oferecendo amparo emocional e espiritual aos que vivenciam o luto ou o impacto de uma tentativa de suicídio.

De forma prática, o pertencimento a uma comunidade religiosa manifesta-se inicialmente na identificação com as crenças, os usos e costumes, e os anseios comuns dos seus participantes. A partir dessa identificação, o engajamento do indivíduo se expressa no envolvimento em diversas atividades e serviços que propiciam a interação contínua com diferentes pessoas. Quando pautadas em princípios de acolhimento e abertura, essas interações são catalisadoras para a elaboração de novos propósitos de vida e para o desenvolvimento de um profundo sentimento de aceitação, valorização e contribuição. Tal impacto é transformador na percepção que o indivíduo tem de si mesmo e de sua relação com as pessoas ao seu redor. Adicionalmente, o sentir-se parte integrante de uma comunidade religiosa desperta a crucial sensação de que não se está isolado, de que há apoio disponível e, fundamentalmente, de que alguém se importa, um sentimento que é especialmente reforçado quando a dinâmica dos grupos fomenta ativamente o cultivo de amizades genuínas e o cuidado mútuo.

Evidentemente, a eficácia desse fator de proteção dependerá dos princípios que regem a comunidade religiosa, de sua real capacidade de acolher e integrar pessoas e, crucialmente, de sua valorização intrínseca da vida humana. Nesse sentido, as comunidades religiosas se destacam por sua capacidade de, através da espiritualidade, valorizar a vida em todas as suas fases e buscar sentido para as experiências existenciais, mesmo as mais desafiadoras e dolorosas. Ao oferecerem uma hermenêutica que ressignifica o sofrimento e

propõe a esperança, à luz de uma transcendência e de um propósito divino, as comunidades religiosas podem se tornar um ambiente de proteção singularmente potente para jovens com ideação suicida, oferecendo-lhes um arcabouço de significado e uma rede de apoio que o isolamento não consegue proporcionar.

Para que essa potencialidade se concretize, é crucial que as comunidades religiosas proporcionem ativamente a sensação de que “alguém se importa”, promovam o cuidado recíproco e ofereçam contatos pessoais frequentes marcados pela estabilidade, afeição e perspectiva de continuidade futura. Esses são, de fato, os pilares fundamentais do pertencimento, conforme delineados por Baumeister e Leary (1995, p. 500) em suas pesquisas psicológicas sobre a necessidade humana de conexão. Em consonância com essa compreensão psicológica, a comunidade religiosa é chamada a expressar esse ideal de forma plena no conceito de comunhão. A comunhão, na perspectiva teológica, entende-se como “a comum participação de muitos em um mesmo bem, o que cria relações de compromisso mútuo e forma um grupo ou um corpo social, uma comunidade” (Wolf, 2015, p. 162). Essa comunhão se caracteriza por laços profundos de amizade, reconhecimento mútuo da dignidade do outro, perdão e solidariedade ativa (Rm 12, 13; 15, 25-26). Ao encarnar esses valores e práticas, a comunidade religiosa contribui, de maneira relevante e com um sentido transcendente, para a satisfação da necessidade de pertencimento. Assim, a comunidade religiosa, ao viver a comunhão como seu cerne, torna-se um espaço fundamental para suprir essa necessidade humana vital, com implicações diretas para a saúde mental e a prevenção ao suicídio.

Considerações finais

Conforme apresentado, a Psicologia reconhece o pertencimento como uma necessidade humana fundamental, cuja privação acarreta sérias e comprovadas consequências para a saúde física, mental e o bem-estar psicossocial do indivíduo. Essa constatação psicológica encontra eco e aprofundamento na Teologia, sobretudo, na que compreende o ser humano como uma criatura inerentemente relacional, feita à imagem de um Deus que é Comunhão. É neste contexto multifacetado que este artigo buscou analisar como a comunidade religiosa, especialmente em sua rica dimensão comunitária e institucionalizada, atua como um espaço privilegiado e potente para a satisfação dessa necessidade ontológica e psicológica de pertencimento.

Para além da experiência religiosa individual, que por si só oferece intrinsecamente um profundo sentido de vida e motivação para a superação de desafios existenciais, a comunidade religiosa institucionalizada destaca-se como um ambiente singularmente propício para a experiência do pertencimento. Embora reconheça-se que não seja a única via para a satisfação dessa necessidade humana vital, sua contribuição revela-se profunda e multifacetada. Isso ocorre na medida em que o indivíduo, primeiramente, identifica-se ativamente com a proposta do grupo, o que implica em uma adesão consciente aos seus valores e crenças fundamentais, que passam a servir como critérios robustos para o discernimento e a orientação de vida em todos os âmbitos.

Em segundo lugar, a pessoa vivencia a partilha genuína e o apoio mútuo, elementos que geram uma sólida e resiliente rede de apoio social nas dificuldades e crises da vida. Essa rede mostra-se fundamental e comprovadamente eficaz tanto na prevenção do suicídio, ao mitigar fatores de risco como o isolamento, quanto na posvenção, ao amparar os que

tentaram o suicídio e oferecer consolo aos enlutados. A dimensão da caridade e da solidariedade fraterna/sororal são os motores teológicos que impulsionam e dão sentido a essa partilha, transformando-a em ação concreta.

Por fim, o indivíduo pode se sentir profundamente acolhido e valorizado em sua integralidade, experienciando na prática que alguém se importa com sua existência e que sua presença e contribuição fazem uma diferença tangível na comunidade religiosa. Essa experiência existencial ressoa poderosamente com a visão religiosa do ser humano como imagem e semelhança de Deus, dotado de dignidade intrínseca e único em seu valor, reafirmando a importância do acolhimento incondicional, especialmente de jovens em vulnerabilidade.

Adicionalmente, os ricos ensinamentos e a visão de mundo global transmitidos pela comunidade religiosa influenciam e ressignificam a percepção do indivíduo sobre si mesmo, sua relação com o entorno, com o sofrimento e com a própria vida, oferecendo reflexões e esperança que podem atuar preventivamente contra o comportamento suicida e, simultaneamente, consolar e dar novo sentido aos sobreviventes de uma perda por suicídio.

Em síntese, é fundamental reconhecer que a prevenção e a posvenção ao suicídio são fenômenos intrinsecamente multifacetados, que exigem uma abordagem integral e interdisciplinar. Assim, embora este estudo tenha buscado evidenciar que o pertencimento e sua relação intrínseca com a comunidade religiosa se apresentam como um fator protetivo de notável e comprovada relevância, é imperativo salientar que este trabalho não esgota a complexidade do tema. Outros aspectos psicossociais, culturais e individuais, como o acesso facilitado a serviços de saúde mental qualificados, o apoio familiar estruturado, a resiliência individual e as políticas públicas de prevenção, também se relacionam de forma crucial ao comportamento suicida e merecem ser explorados em profundidade em futuras pesquisas.

Especificamente sobre a resiliência, a comunidade religiosa, a partir da visão, é convidada a “estabelecer um caminho que desperte e desenvolva a resiliência” (Moraes; Calandro; Furghestti, 2020, p. 163). Objetivo de tal intervenção pedagógica pastoral será traçar caminhos de crescimento espiritual comunitário. A ideação suicida, muitas vezes, emerge na vida interior de um jovem sob a figura primária da separação da comunidade. O jovem ferido em seus afetos ou no significado da própria vida, tende a distanciar-se do contato vital com a comunidade religiosa. Neste sentido, o suicídio pode ser percebido como obra ‘diabólica’, no sentido literal de ‘diá-bolos’ (aquele ou aquilo que separa). A partir daí, o jovem poderá ser ajudado pela comunidade religiosa “a ‘ser resiliente’ na medida em que é capaz de deixar para trás o ‘diabólico’ e assumir como seu o ‘simbólico’. Tal processo de resiliência ‘simbólica’ traz consigo a atitude de desejo de encontro e não de isolamento” (Moraes; Calandro; Furghestti, 2020, p. 163). A ideação suicida, assim, pode tornar-se oportunidade para encontros fraternos/sororais que possibilitam ao jovem não se sentir só, mas acompanhado física e espiritualmente por um círculo de solidariedade que se exprime na ‘compaixão’ da comunidade religiosa.

Não obstante essas considerações, a dimensão do pertencimento religioso, conforme analisada neste artigo, destaca-se por sua capacidade única de oferecer um sentido existencial robusto, uma sólida rede de apoio social e um arcabouço moral e espiritual que valoriza incondicionalmente a vida humana. Nesse sentido, ela surge como um recurso valioso e, por vezes, ainda subestimado nas estratégias mais amplas de prevenção e posvenção do suicídio, revelando-se particularmente promissora no contexto juvenil brasileiro. A valorização e o incentivo ao engajamento em comunidades de fé que promovam o acolhimento, o diálogo e

a esperança podem, portanto, constituir uma parte vital e eficaz dos esforços para mitigar essa grave questão de saúde pública.

Referências

ANDRADE, Maria Betânia Tinti de *et al.* O nexo entre religiosidade/espiritualidade e o comportamento suicida em jovens. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 4, dez. 2020, p. 109-121. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000400014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 07 fev. 2025.

BALTAZAR, D.V.; SILVA, C.O. O que a saúde mental tem a ver com religiosidade? **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v.6, n.14, 2014, p. 75-97. Disponível em: <<http://stat.saudeetransformacao.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/2281>> Acesso em: 18 fev. 2025.

BAUMEISTER, Roy F.; LEARY, Mark R. The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. **Psychological Bulletin**, vol. 117, n. 3, 1995, p. 497-529.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.

BULLOCK, M.; NADEAU, L.; RENAUD, J. Spirituality and religion in youth suicide: a attempters' trajectories of mental health service utilization: the year before a suicide attempt. **Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, Ottawa, v. 21, n. 3, 2012, p. 186-193. Disponível em: <<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3413468/>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CAVAGNARI, Gustavo. **Andate e fate discepoli tutti i giovani**. Verso una pastorale giovanile evangelizzatrice. Torino: Elledici, 2021.

COLE-LEWIS, Yasmin C et al. Protective Role of Religious Involvement Against Depression and Suicidal Ideation Among Youth with Interpersonal Problems. **Journal of religion and health**, vol. 55, v. 4, 2016, p. 1172-88. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26872965/>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, Cidade do Vaticano. Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: COSTA, Lourenço (Coord. Geral). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 101-197.

DA SILVA, T. L.; CHAVES, E. de C. L.; BRESSAN, V. R.; RESCK, Z. M. R.; ANDRADE, M. B. T.; FELIPE, A. O. B. Religiosidade e espiritualidade de universitários com ideação e tentativa de suicídio. **Contribuciones a las Ciencias Sociales, [S. l.]**, v. 16, n. 8, 2023, p. 12240-12257. Disponível em: <<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1328>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: Estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- GARELLI, Franco. Appartenenza. In: MIDALI, Mario, TONELLI, Riccardo. **Dizionario di Pastorale Giovanile**. Luemann (Torino): 1980, p. 72-79.
- GEARING, Robin Edward; ALONZO, Dana. Religion and Suicide: New Findings. In: **Journal of Religion and Health**, n. 57, 2018, p. 2478-2499.
- IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da Igreja Católica**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 1993.
- MORAES, Abimar; CALANDRO, Eduardo Antônio; FURGHESTTI, Jane Maria. Um caminho pedagógico pastoral para a construção da resiliência a partir da experiência religiosa. In: **Revista Caminhos**, Goiânia, v. 18, 2020, p. 154-167.
- NKANSAH-AMANKRA, Stetphen et al. A longitudinal evaluation of religiosity and psychosocial determinants of suicidal behaviors among a population-based sample in the United States. **J Affect Disord**, v, 139, n. 1, 2012 Jun; p. 40-51. Epub 2012 Apr 6. PMID: 22483954.
- WOLF, Elias. Comunhão. In: **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2015, p. 162-169.

Recebido em: 14/06/2025

Aceito em: 20/10/2025